

Mudanças e permanências nas trajetórias de trabalhadores de baixa renda brasileiros

Autoria

Andre Luis Silva - andrelsilva@usp.br

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Nayara Silva de Noronha - nayara.noronha.ufmg@gmail.com

Sem vínculos com a pós-graduação no momento. / UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Karla Fernanda Pereira - karlafernandakfp@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Wellyngton Ribamar Silva Poli - wellyngtonpoli@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Admin/Faculdade de Economia, Admin e Contab – PPGA/FEA / USP - Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Agradecemos à FAPESP, processo N° 2022/10742-3, e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) da USP, pelos auxílios financeiros que viabilizaram o desenvolvimento deste artigo.

Resumo

Esta pesquisa investiga mudanças e permanências nas trajetórias de trabalhadores de baixa renda que migraram, no período 2001-2015, para a dita “nova classe média” brasileira. A abordagem é empírico-qualitativa e reconstrói biografias narrativas de 42 trabalhadores que iniciaram suas vidas profissionais formais no ano de 2001 em postos de baixa renda. Os resultados mostram que, no período, os trabalhadores experimentaram mudanças no aumento de renda e poder de consumo. Resguardavam, contudo, permanências ao continuarem: residindo em áreas periféricas; dependendo da utilização de serviços de saúde e transporte públicos de má qualidade; reproduzindo atividades culturais e de lazer idênticas às realizadas na infância; e obtendo certificações educacionais que não verteram em chances de carreira. Ainda assim, se reconheciam como membros da “nova classe média”. Esse resultado sugere que a “nova classe” trouxe um componente identitário aos trabalhadores de baixa renda que, com muita luta, experimentaram maiores níveis de renda e poder de consumo. No entanto, frente às muitas permanências, concluímos que a ideia de uma “nova classe média”, simbolizou, muito mais, o desejo de seus idealizadores em apontar a existência de uma realidade social desejada ao Brasil, do que a consolidação de uma ascensão de classe permanente aos trabalhadores mais pobres.

Mudanças e permanências nas trajetórias de trabalhadores de baixa renda brasileiros

Resumo:

Esta pesquisa investiga mudanças e permanências nas trajetórias de trabalhadores de baixa renda que migraram, no período 2001-2015, para a dita “nova classe média” brasileira. A abordagem é empírico-qualitativa e reconstrói biografias narrativas de 42 trabalhadores que iniciaram suas vidas profissionais formais no ano de 2001 em postos de baixa renda. Os resultados mostram que, no período, os trabalhadores experimentaram mudanças no aumento de renda e poder de consumo. Resguardavam, contudo, permanências ao continuarem: residindo em áreas periféricas; dependendo da utilização de serviços de saúde e transporte públicos de má qualidade; reproduzindo atividades culturais e de lazer idênticas às realizadas na infância; e obtendo certificações educacionais que não verteram em chances de carreira. Ainda assim, se reconheciam como membros da “nova classe média”. Esse resultado sugere que a “nova classe” trouxe um componente identitário aos trabalhadores de baixa renda que, com muita luta, experimentaram maiores níveis de renda e poder de consumo. No entanto, frente às muitas permanências, concluímos que a ideia de uma “nova classe média”, simbolizou, muito mais, o desejo de seus idealizadores em apontar a existência de uma realidade social desejada ao Brasil, do que a consolidação de uma ascensão de classe permanente aos trabalhadores mais pobres.

Palavras-chave: Nova classe média. Trabalhadores de baixa renda. Brasil. Mudanças. Permanências.

Introdução

Por muito tempo, o Brasil experimentou grandes processos de mudança em sua esfera econômica, social, política, cultural e institucional (Bacha & Schwartzman, 2011; Sorj & Almeida, 1983; Souza, 2006; Pla et al., 2021; Cavallini, 2023). Se na década de 1980 o Brasil era conhecido como o detentor da maior taxa de inflação do mundo, durante a primeira década do século XXI, mostrou-se como uma das principais economias emergentes (Neri, 2011). A construção dessa imagem surgiu especificamente a partir de 2003, quando ocorreram mudanças significativas na composição da estratificação de renda da sociedade brasileira (Lamounier & Souza, 2012; Salata, 2020). Com o surgimento de programas sociais do governo; a redução das taxas de pobreza brasileiras; o crescimento da atividade do setor de serviços; e a expansão da ocupação formal no mercado de trabalho, ocorrida entre os anos de 2003 e 2015; foi possível fazer referência à existência de uma “nova classe média” brasileira (Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012; Neri, 2011; Silva, 2015; Souza, 2018; Salata & Scalón, 2020).

O discurso sobre a “nova classe média” no desenvolvimento brasileiro focalizou as famílias que ganhavam renda mensal entre R\$ 1.315 e R\$ 5.672, de modo que, em 2013, esse grupo representava 55% (cerca de 108 milhões de pessoas) da população (Kerstenetzky & Uchôa, 2013). Aparentemente, o discurso sobre a “nova classe média” brasileira sugeriu que a vida no Brasil havia se tornado melhor do que no passado, já que os dados econômicos indicavam uma migração maciça de famílias de baixa renda para uma nova condição de renda e poder de consumo (Barros et al., 2011; Neri, 2011; Salata, 2020). De algum modo, esse fenômeno alimentou o imaginário de que seria possível rever o entendimento da sociedade brasileira pelo metáfora de uma “pirâmide”, passando a enxergá-la como um losango, cuja a renda deixaria de estar concentrada no topo e se deslocaria, de modo mais intensivo, entre as camadas sociais intermediárias (Kopper & Damo, 2018).

Se até meados do ano de 2015, a vida do brasileiro mais pobre parecia ter se tornado melhor e outros imaginários poderiam ser alimentos, durante décadas o Brasil buscou alternativas à sua intensa crise financeira. Mas, na medida em que o discurso sobre a “nova classe média” brasileira sinalizou a migração intensa de trabalhadores pobres para uma nova condição de classe, chamou-nos atenção a seguinte problematização: quais mudanças e permanências ocorreram nas trajetórias de trabalhadores de baixa renda que migraram, no período 2001-2015, para a dita “nova classe média” brasileira? Para responder a essa pergunta/objetivo de pesquisa, realizamos um estudo empírico-qualitativo que reconstruiu biografias narrativas de 42 trabalhadores que iniciaram suas vidas profissionais formais no ano de 2001 em postos de baixa renda no Brasil.

O ponto de partida desta pesquisa foi o ano de 2001, por simbolizar o início do século XXI. Soma-se a isso o fato de que, nos quinze primeiros anos do referido século, o Brasil experimentou um crescimento exponencial em sua economia (Souza, 2018). Como pressuposto deste estudo, assumimos que, em um mundo cada vez mais interdependente, o conhecimento sobre as trajetórias desenvolvidas por trabalhadores de baixa renda, um grupo que historicamente tem dificuldades de acesso e manutenção de sua condição no mercado formal de trabalho (Guimarães, 2009; OIT, 2013; Salata, 2018), poderia nos ajudar a descobrir

mudanças, para além das estatísticas econômicas de renda e poder de consumo, vivenciadas por essa parte da população, em um momento histórico que o Brasil foi projetado ao status de uma economia emergente.

Além desta breve introdução, o artigo segue organizado da seguinte maneira: a seguir, apresentamos o quadro referencial teórico-empírico da pesquisa, no qual abordamos o trabalho e os trabalhadores de baixa renda, bem como o conceito de “nova classe média” brasileira. Estabelecidas as interfaces entre os temas, descrevemos os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo. Só então, articulamos a análise agregada dos dados. Finalizamos com as conclusões da pesquisa à guisa de reflexões sobre as interfaces entre trabalhadores de baixa renda, Brasil contemporâneo e a ideia de uma “nova classe média”. Aliamos às conclusões, a sugestão de uma agenda para estudos futuros sobre o tema aqui debatido.

Trabalho e trabalhadores de baixa renda

O trabalho de baixos salários pode ser encontrado em várias partes da economia, indo do setor público para o setor privado, do setor de serviços para a indústria, do trabalho formal para o informal (Grimshaw, 2011). Nos países menos desenvolvidos, há uma tendência dos setores de agricultura e serviços em absorverem grande parte dos trabalhadores com baixos salários (Grimshaw, 2011; Salverda, 2005). Algumas razões justificam a difusão do trabalho de baixos salários em diferentes partes do mundo, setores econômicos e locais geográficos. Outros ajudam a caracterizar suas tendências no mercado de trabalho global. Seja o que for, um dos traços comuns do trabalho de baixos salários é o fato de estar distribuído de forma desigual entre diferentes grupos de trabalhadores (Cardoso, 2013; Dex et al., 1999).

No Brasil, a situação não é diferente (Cavallini, 2023; Suehiro, 2021). Basicamente, o trabalho de baixos salários no contexto brasileiro é caracterizado pela ocupação predominante de jovens; há um número desproporcionalmente maior de mulheres; os níveis educacionais dos trabalhadores são deficitários; e é mais provável que os trabalhadores de baixos salários sejam oriundos de grupos socialmente desfavorecidos, seja em face de questões étnicas, raciais, ou identitárias como, por exemplo, ter uma origem estrangeira no país de emprego (Salata, 2018; Melo, 2019; Salata & Scalon, 2020).

A categorização de empregos com salários baixos pode levar em consideração vários critérios de país para país (Dex et al., 1999; Salverda, 2005). No entanto, o critério econômico de renda per capita tem a maior difusão na pesquisa sobre o tema, sendo utilizado em relatórios como os da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse caso, entende-se que trabalho de baixo salário é qualquer trabalho cujo salário recebido seja inferior a dois terços do salário médio de todos os trabalhadores na economia em questão (OCDE, 2012).

Para fins de ilustração e trazendo para o contexto brasileiro, de acordo com o critério econômico da OCDE, um salário de baixa renda no Brasil se configura por valores inferiores a R\$ 1.902 mensais. Esse dado ganha outras camadas de interpretação se considerarmos também a Pesquisa Nacional de Amostra (PNAD) do IBGE que indica, no primeiro trimestre

de 2023, o rendimento médio real habitual dos trabalhadores empregados no valor de R\$ 2.853 mensais (IBGE, 2023). Em relação ao salário mínimo, temos a indicação de que o valor auferido é R \$1.320, a partir de meados de 2023 (Agência Senado, 2023). Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) que organiza o cadastro único para os programas sociais do Governo Federal, considera famílias de baixa renda aquelas cujas rendas per capita mensal seja de até R\$660 reais (meio salário mínimo), ou renda familiar total de até três salários mínimos, ou seja, R\$ 3.960 (Sedes, 2023). A depender da metodologia de cálculo para estabelecer a faixa de salários de baixa remuneração, alguma variação de resultados será identificada. Contudo, seja qual for o método, a existência desses critérios revela o reconhecimento da existência do grupo de baixos salários presente, de modo transversal, nas dinâmicas cotidianas dos modos de organização das sociedades (Silva, 2015).

Uma sociedade que se organiza na manutenção de grupos com baixos salários, de alguma forma, aponta para a possibilidade de mapear as trajetórias de mobilidade ou estagnação dessa população na sociedade da qual fazem parte, ao menos é o que podemos inferir de estudos como “Trajetórias da população de baixos salários no mercado de trabalho metropolitano brasileiro” (IPEA, 2011). Essa pesquisa descreve as mudanças absolutas e relativas dos baixos salários, no período entre 2002 e 2011, em todas as seis principais regiões metropolitanas brasileiras, ou seja: Recife (capital do Estado de Pernambuco), Salvador (capital do Estado da Bahia), Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais), Rio de Janeiro (capital do Estado do Rio de Janeiro), São Paulo (capital do Estado de São Paulo) e Porto Alegre (capital do Estado do Rio Grande do Sul). Os resultados indicam que em nove anos, uma cota de 4,2 milhões de pessoas migrou para uma renda familiar per capita de mais da metade do salário mínimo. No entanto, a área metropolitana de São Paulo, com um total de 33,1% em 2011, teve o maior percentual da população de baixos salários empregados no Brasil (IPEA, 2011).

Os debates e pesquisas conduzidos pelo IPEA (2011), dentre outros organismos que produzem conhecimento sobre essa temática (OIT, OCDE, ONU, IBGE, para citar alguns), procuram encontrar medidas políticas adequadas para melhorar a situação dos trabalhadores com baixos salários diante de economias em rápida mudança. Este é um tipo de preocupação conveniente, se reconhecermos que o trabalho assalariado ainda desempenha um papel central em qualquer economia, dando aos trabalhadores não apenas a chance de inclusão social, mas também um senso de identidade para eles (Sennett, 2006; Silva, 2015).

Mas, ainda que a discussão sobre o elemento identitário que baixos salários pode representar seja instigante, gostaríamos de retornar ao ponto de que o trabalho de baixo salário no Brasil é predominantemente protagonizado por jovens trabalhadores (Salata, 2018; Silva, 2023). Em face dos baixos níveis de escolaridade e experiência de trabalho, esses jovens acabam sendo inseridos desde o início, na precariedade da oportunidade de acesso ao emprego (CEPAL/OIT, 2012; Silva, 2023). Com o agravante de uma posição desfavorável para o acesso ao mercado formal de trabalho, os jovens de baixa renda tendem a se juntar, historicamente, às filas do desemprego no Brasil (Guimarães, 2009; Salata & Scalon, 2020).

Uma visão abrangente sobre a relação entre os jovens e o mercado de trabalho aparece no relatório “*Global Employment Trends 2013*”, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Aqui, fazemos uma observação que, neste artigo, o levantamento bibliográfico priorizou o que fora publicado no período de 2001-2015, visto ser o recorte temporal de estudos da biografias narrativas que compõem o grupo de participantes desta pesquisa, bem como o momento de surgimento e consolidação do discurso sobre “nova classe média” no Brasil. Todos esses assuntos serão endereçados, mais adiante, em seções próprias. O que gostaríamos de ressaltar com o relatório da OIT (2013) é que esse documento salientou que em 2012, 74 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados, o que correspondia ao total de 12,6% dos jovens desempregados do mundo. Embora, no mesmo período, a taxa de desemprego entre a população com mais de 25 anos fosse de 4,5%, de todas as pessoas sem emprego formal, em 2012, cerca de 37,5% estavam restritas aos jovens (OIT, 2013).

Também chama a atenção que especialmente o grupo de mulheres enfrentam desafios adicionais na inserção ao mercado de trabalho (Guimarães, 2009). Isso porque as mulheres precisam competir principalmente com os homens mais jovens em um posto formal de trabalho (Pissarides et al, 2003), e o machismo, desigualdade de gênero, disparidade salarial, entre outras variantes, contribuem para a desigualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho (Teixeira et al., 2021). Por exemplo, se olharmos para o caso brasileiro, as mulheres têm direitos legais para uma maior duração das licenças de maternidade no seu trabalho; ainda não existem grandes mudanças em relação à mentalidade sobre a divisão sexual do trabalho no contexto doméstico; ou mudanças na divisão social do trabalho por gênero (Cardoso, 2013; Cipellone et al, 2012; Crouch, 1999; Costa, 2000). Estes são alguns dos aspectos que contribuem para a desigualdade de gênero no mercado global (Teixeira et al., 2021).

Considerando o contexto brasileiro em relação às mulheres e aos jovens trabalhadores, é possível apontar que, no Brasil, a taxa de transição dos jovens para o ensino superior é historicamente baixa (Comin & Barbosa, 2011; Pinto, 2004; Salata, 2018); os trabalhadores com baixos salários tendem a viver um período mais longo em regiões precárias, como os subúrbios (Souza, 2012; 2018); às mulheres e os jovens trabalhadores de baixos salários tendem a ficar dependentes financeiramente de seus pais durante longos períodos de tempo, pois têm mais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal (Cardoso, 2013; Guimarães, 2009; Teixeira et al., 2021); e ainda que esses indivíduos obtenham uma colocação de emprego formal, muitas vezes, o mesmo acontece por postos de trabalho temporários de baixa renda e em condições precárias de trabalho (Rocha-de-Oliveira, 2009; Silva, 2023). Isso significa que, para as mulheres e os jovens trabalhadores de baixos salários, a precariedade do trabalho aparece precocemente e tende a ser duradoura para eles, uma vez que a esses indivíduos não se apresentam condições homogêneas nas relações com o mercado de trabalho (OIT, 2013; Souza, 2012; Silva, 2023).

Apesar dessas dificuldades históricas de inserção dos jovens de baixa renda e das mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro, até meados da primeira década do século XXI, a economia brasileira gozou de um exponencial crescimento econômico (Neri, 2011). Embora o foco em aspectos econômicos contribua para o entendimento de mudanças no cenário

brasileiro, o foco restrito a esse tipo de dado pode também ofuscar questões domésticas e minimizar a importância dos problemas sociais brasileiros (Souza, 2011; 2018). Por mais que, até meados do ano de 2015, o Brasil tenha aproveitado de um crescimento econômico largamente alardeado na mídia, deve-se pontuar que essa posição atingida no período, não foi um mero episódio de acaso. Durante décadas o país buscou alternativas à sua intensa crise financeira, e com ela, a população brasileira experienciou grandes sacrifícios. Mas, aparentemente, até meados de 2015, a situação brasileira sugeria que a vida no país era melhor do que no passado. Foi dessa sensação que emergiu a afirmação sobre a existência de uma “nova classe média” brasileira (Barros et al., 2011, Neri, Lamounier & Souza, 2012). As definições conceituais sobre esse termo são apresentadas a seguir.

A “nova classe média” brasileira

O crescimento da economia brasileira, apontada no período entre 2003 e 2014, possibilitou que setores políticos e midiáticos desenvolvessem e reproduzissem discursos (no sentido de formas particulares de representar o mundo) de que, no Brasil, já era possível fazer referência a uma chamada “nova classe média” (Barros et al, 2011; Lamounier & Souza, 2012; Neri, 2011; Scalon & Salata, 2012), protagonizada demograficamente por mulheres, negros e jovens (Kopper & Damo, 2018).

No final da primeira década do século XXI, a “nova classe média” brasileira, ou simplesmente NCM, correspondeu a famílias brasileiras que migraram de uma condição de salários baixos para uma renda familiar variando entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174 mensais (Neri, 2011). Com a atualização desta faixa de renda, em janeiro de 2013, passaram a ser considerados membros da NCM as famílias brasileiras que recebiam renda familiar entre R\$ 1.315 e R\$ 5.672 reais mensais (Kerstenetzky & Uchôa, 2013). Este parâmetro será utilizado neste estudo como os dados econômicos sobre o conceito de “nova classe média” brasileira, a partir deste momento e visando a unificação do critério econômico para o nosso debate.

O conceito de NCM, surgiu se referenciando ao segmento da população que “ganha em média o rendimento médio da sociedade, isto é, é a classe média num sentido estatístico” (Neri, 2011, p. 83). Esta classe no sentido estatístico foi utilizada para discutir a direção política do desenvolvimento brasileiro (Bartelt, 2013), o que perdurou até meados do ano de 2015. Antes disso, vale lembrar que em 2003, a classe média era composta por 37,6% da população brasileira. Menos de uma década depois, em 2011, esse grupo se tornou 55% da população, indicando que durante o período, mais de 30 milhões de brasileiros atingiram o que se convencionou chamar de “nova classe média” (Neri, 2011). Mas, se o cenário econômico brasileiro do início do século XXI passou a fazer referência à existência de uma NCM, vale esclarecer, o que pode ser entendido como uma classe média tradicional.

A caracterização de qualquer classe social permeia o critério da renda econômica. No caso da classe média tradicional, o Banco Mundial afirma que essa classe é formada por indivíduos que ganham entre US\$ 10 e US\$ 50 per capita por dia (Banco Mundial, 2012). No contexto brasileiro, a compreensão econômica de maior alcance sobre o conceito de classe média vem da classificação proposta pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do

governo brasileiro. Nesse caso, a renda familiar é o critério básico utilizado para afirmar que os indivíduos com renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019 mensais são membros da classe média no Brasil (SAE, 2013). Este parâmetro será utilizado nesta pesquisa como o conceito de classe média tradicional no Brasil.

Até meados de 2015, a definição de classe média desenvolvida pelo SAE ganhou aceitação como parâmetro capaz de estruturar o desenvolvimento da pesquisa sobre o tema no Brasil. Vale ressaltar que até esse momento temporal, a discussão sobre a ideia de NCM ainda circulava nos discursos institucionais do governo e apoiava a produção de pesquisas de mercado sobre o potencial de consumo da “nova classe” (Silva, 2023). Um dos exemplos desses estudos que surgiram no período, foi o publicado em 2014, com o título “Fases da Classe Média”, desenvolvida pela Serasa Experian em parceria com o Instituto Data Popular. Essa pesquisa de mercado foi produzida com o objetivo de auxiliar empresas, agências de propaganda e governos a desenvolver ações voltadas para os membros da classe média. Os resultados indicaram que a classe média brasileira era representada por aproximadamente 108 milhões de pessoas. Somente em 2013, essa parte da população brasileira foi responsável por utilizar 58% do crédito no Brasil. Em 2014, esta população vivia em maior ou menor quantidade em todas as regiões brasileiras sendo: 43% no Sudeste (cerca de 46,5 milhões de pessoas); 26% no Nordeste (aproximadamente 28,1 milhões de pessoas); 15% na região Sul (aproximadamente 16,2 milhões de pessoas); finalmente, as regiões Centro-Oeste e Nordeste tinham cada uma 8% da população brasileira de classe média (cerca de 17,2 milhões de pessoas no total).

Essa pesquisa de mercado reuniu diversas outras publicações de mercado e estudos acadêmicos (Barros et al, 2011; Carta Capital, 2011; Exame, 2011; Lamounier & Souza, 2012; Neri, 2011), que assumiram o critério de renda como suficiente para definir o Brasil como o país de uma “nova classe média”. Em geral, os estudos sobre a NCM passaram a unificar a ideia de classe média e NCM como um único grupo social, ressaltando o enorme potencial consumidor da NCM no mercado brasileiro. Alguns exemplos do potencial consumidor foram destacados por Neri (2011), que indicou que entre 2000 e 2010: o tráfego aéreo doméstico brasileiro consolidou taxas de crescimento de 73,04%; o consumo de automóveis no Brasil ocupou o quarto lugar no mundo e o terceiro no consumo de computadores; também houve crescimento de 438,81% no número de cartões de crédito e débito no país. E, em 2010, assumiu a terceira posição no consumo mundial de produtos cosméticos, beleza e cuidados pessoais (Abílio, 2011).

Uma vez que os níveis de renda da classe média foram associados diretamente ao seu poder de consumo, estabeleceu o entendimento predominante de que as classes sociais no Brasil ocorriam meramente enquanto concepções de classes econômicas (Abílio, 2011). Mas, vale lembrar que ao contrário da maioria das camadas emergentes, indivíduos de uma classe média tradicional têm melhores condições de vida, por poderem pagar por: planos de saúde privados de melhor qualidade; ter acesso a escolas privadas com ensino qualificado; além do acesso facilitado a uma vida cultural mais diversa (Costa, 2013), o que Bourdieu e Passeron (2014 [1973]) denominam sobre a alcunha de capital cultural. Já os indivíduos de uma classe

emergente têm a rotina diária de uso do serviço de transporte público de má qualidade; serviços de saúde pública igualmente precários; educação em escolas públicas que sofrem as mais variadas carências; e as limitações de alternativas para suas práticas de lazer e cultura (Costa, 2013; Fleury, 2013; Salm & Bahia, 2013; Souza, 2012; 2018).

Quanto aos aspectos educacionais, os índices brasileiros de ensino superior são alarmantes. Em 2013, o Brasil ocupou o 38º lugar entre 40 nações quando se tratava de pessoas com educação superior no país (OCDE, 2013). Os brasileiros que conseguem obter uma titulação de curso superior são aproximadamente apenas 12% da população brasileira com 25 anos ou mais, enquanto o recomendado é pelo menos 31% da população com este nível educacional (OCDE, 2013). Em um país que apresenta taxas de educação superior tão modestas como o Brasil, as classes de baixos salários têm enfrentado dificuldades de obter um diploma de ensino superior, ao longo de suas trajetórias de vida. Mas se olharmos, especificamente, para os membros de uma classe média convencional, o grau de acesso a níveis maiores e melhor qualificados de educação superior apresentam crescimentos bem distintos, se comparados às classes mais populares (Quadros, 2008; Costa, 2013; Moris et al., 2022). E, nesse caso, a obtenção de um título de ensino superior tende a se rever em chances reais de desenvolvimento de carreiras às classes médias convencionais (Salata, 2018).

Até meados dos anos de 2014, os limites entre a noção tradicional de classe média e uma “nova classe média” brasileira tornaram-se algo muito fluido no discurso político e econômico brasileiro (Abílio, 2011; Quadros, 2008; Souza, 2012). Basicamente, o discurso apontou que a classe média no Brasil se referia apenas ao grupo de indivíduos que tinham a renda média da sociedade, isto é, “a classe média no sentido estatístico” (Neri 2011, p.83). Contudo, esse discurso estatístico fomentou a ideia de que milhões de trabalhadores brasileiros de baixos salários passaram a viver, ano após ano, em um segmento típico da classe média convencional, fosse pelo aumento em suas faixas salariais, fosse pelo o aumento em seu poder consumo (Souza, 2012; 2018).

Para que possamos expandir nossa compreensão sobre as mudanças e permanências nas trajetórias dos trabalhadores que compõem a dita “nova classe média” brasileira, esta pesquisa se propôs a realizar uma investigação empírica, junto a 42 trabalhadores de baixa renda que iniciaram suas vidas profissionais no ano de 2001 em postos de baixos salários. Este enfoque de pesquisa nos dá condições de investigar quais mudanças e permanências aconteceram, no período entre 2001-2015, nas trajetórias desses trabalhadores que foram, ao longo desse tempo, considerados membros da dita “nova classe média” brasileira. Para que possamos avançar no desenvolvimento da pesquisa, a seguir, descrevemos o detalhamento metodológico que sustenta o desenvolvimento desta investigação.

Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa qualitativa (Bluhm et al., 2011) guiada pela reconstrução de biografias narrativas por meio de entrevistas em profundidade (Davis, 2003). O estudo também faz uso de pesquisa documental sobre a contextualização socioeconômica brasileira, por meio de publicações de institutos como IBGE, IPEA, OCDE e OIT.

O grupo de entrevistados foi formado por 42 trabalhadores de baixa renda que iniciaram suas vidas profissionais formais, no ano de 2001, em postos de baixa remuneração. Cada participante foi entrevistado individualmente. O foco esteve em angariar dados sobre mudanças em relação às suas vidas profissionais, educacionais, estrutura familiar, e atividades de cultura e lazer, no período entre 2001 e 2015. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição.

Para localizar os 42 participantes da pesquisa teve-se o apoio de duas instituições que intermediaram o acesso aos participantes. Inicialmente foi contatado um sindicato de trabalhadores localizado na cidade de São Paulo (SP). Também foram também contatadas algumas organizações sem fins lucrativos que oferecem formação profissional a jovens trabalhadores com baixos salários, a fim de inseri-los num primeiro emprego formal no mercado brasileiro. Após sete meses de busca ativa por participantes para a pesquisa, o processo de coleta de dados consolidou o grupo com 42 pessoas entrevistadas. Para todas as pessoas participantes foi garantido o anonimato sobre suas identidades reais.

Quanto aos critérios da escolha dos participantes, para além da disponibilidade dos entrevistados em fazer parte da pesquisa, dada a definição do recorte temporal de 2001-2015 para se investigar as trajetórias dos trabalhadores de baixa renda, foi adotado como intervalo etário mínimo e máximo dos possíveis entrevistados entre 28 e 36 anos, quando do momento da coleta de dados. Isso porque seriam esses os indivíduos que, no ano de 2001, teriam iniciado suas trajetórias profissionais com idades entre 16 e 24 anos, sendo este o parâmetro para o termo “jovem”, nesta pesquisa.

O Quadro 01 mostra as informações gerais que caracterizam o grupo de participantes desta pesquisa.

Caracterização geral do grupo de participantes da pesquisa	
Total de participantes	42 respondentes
Idade média do grupo	29 anos de idade
Gênero (autodeclarado)	Feminino (58%) e Masculino (42%)
Status marital:	Solteiro (55%) e Casado (45%)

Etnia (autodeclarada)	Pardos (42%) - Brancos (32%) - Pretos (26%)
Religião	Católico (74%) - Protestante (16%) - Nenhuma (10%)

Quadro 01: Caracterização geral do grupo de participantes da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa

Todos os dados coletados foram codificados com o auxílio da técnica de análise de conteúdo (Sonpar & Golden-Biddle, 2008). Por esta técnica foi possível construir algumas categorias interpretativas para compreender as mudanças ocorridas nas trajetórias dos trabalhadores de baixa renda no Brasil, a saber: vida profissional, trajetórias educacionais, estrutura familiar, e atividades de lazer e cultura. Os dados foram tratados de modo agregado, a fim de ressaltar os principais resultados obtidos com a pesquisa de campo. Abaixo articulamos essas interpretações e discussão sobre os resultados.

Análise agregada dos dados

Os resultados e discussões empreendidas a seguir, refletem a análise agregada dos relatos dos 42 participantes da pesquisa de campo. De partida, revelou-se que todos os entrevistados iniciaram suas vidas profissionais formais no ano de 2001 em ocupações operacionais no setor de serviços. Na ocasião eles tinham entre 16 e 19 anos de idade. Em alguns casos, os trabalhadores de baixa renda já haviam exercido atividades de trabalho informal, antes dos 16 anos, para ajudar a compor a renda familiar. A motivação apontada para iniciar tão precocemente a vida profissional não foi atrelada a uma pressão externa de seus pais. Mas sim associada a uma maneira individual de contornar a condição financeira limitada de suas famílias de origem. No caso, o objetivo de trabalhar precocemente era de encontrarem certa independência financeira em um contexto de grandes privações. Além disso, a possível condição de independência financeira também poderia lhes dar maior autonomia, inclusive para ajudar, se necessário, com as despesas domésticas de suas famílias.

Esse aspecto nos ajuda a observar como os trabalhadores de baixa renda tendem a assimilar, mais precocemente, um senso de responsabilidade profissional enquanto um elemento constituinte de suas identidades e autoimagem. Se, por um lado, os trabalhadores de baixa renda tendem a depender financeiramente de sua família por longos períodos (Guimarães, 2009; Cardoso, 2013), por outro, o fato deles se preocuparem em modificar essa condição de dependência os articulam em relações profissionais e de responsabilidade de modo mais antecipado em suas trajetórias individuais (Silva, 2023).

Em relação a renda mensal recebida pelos entrevistados, o salário médio mensal foi de R\$ 2.690. Já a renda familiar foi de até R\$ 5.300 mensais. É possível observar que esses valores de renda inserem os entrevistados na chamada “nova classe média” brasileira, pois, segundo

estudos como Neri (2011), Lamounier e Souza (2012) e SAE (2013), o critério econômico permite fazer a transição de indivíduos pobres para uma condição de classe média. Ao receberem uma renda mensal compatível com um nível considerado de uma “nova classe”, é possível assimilar que trajetórias profissionais iniciadas em posições de baixos salários não é uma circunstância definitiva de que, posteriormente, essas trajetórias se darão exclusivamente por empregos precários e de baixa remuneração. Em maior ou menor grau, os entrevistados obtiveram trajetórias profissionais em um registro de mobilidade ascendente. Este resultado aponta para uma perspectiva diferente em relação à afirmação de Cardoso (2013) e OIT (2013), sobre a tendência de trabalhadores de baixa renda em vivenciarem a precariedade duradoura em suas vidas profissionais.

Ao longo dos 14 anos das trajetórias profissionais dos entrevistados (período 2001-2015), eles tiveram, em média, quatro diferentes ocupações/empregos. Durante este mesmo período, passaram por pelo menos dois momentos de desemprego (total de sete meses de tempo total) em média. E para lidar com os períodos sem emprego formal, os entrevistados recorreram a atividades remuneradas informais. Sobre o tipo de trabalho exercido pelos entrevistados, todos participantes migraram, durante suas trajetórias, de ocupações operacionais no setor de serviços para funções administrativas no mesmo setor. De modo geral, no ano de 2015, os entrevistados estavam em empregos formais regidos pela legislação trabalhista formal brasileira (CLT), isto é, 8 horas por dia / 40 horas por semana.

Quanto ao aspecto de gênero autodeclarado dos participantes, foi possível observar três diferenças principais entre os grupos de trabalhadores masculinos e femininos (as únicas categorias, à época, autodeclaradas pelos participantes). Em primeiro lugar, chama a atenção que o grupo masculino ganha uma renda mensal menor do que o grupo feminino, o que é oposto aos argumentos apontados por Cipellone et al (2012). No entanto, ainda que a exceção não retire a legitimidade de um comportamento social mais amplo (Noronha et al., 2022), é preciso considerar que, nesta pesquisa, o grupo masculino se constitui inteiramente por indivíduos que auferem rendas mensais menores, se comparados às mulheres participantes da pesquisa, e ainda residem nas casas dos pais. O grupo masculino também não teve filhos e tem um menor nível educacional em relação ao grupo feminino. Por um lado, o fato de os trabalhadores masculinos continuarem a morar com os seus pais e não terem filhos, permite-lhes experimentar uma vida cotidiana com custos mais baixos em termos de compromissos financeiros estruturais. O mesmo não acontece com o grupo feminino, uma vez que o grupo é formado, em sua maioria, por mães solteiras que arcam com o financiamento bancário feito para a compra de suas casas próprias.

Embora o grupo feminino tenha apresentado uma renda mensal maior do que o grupo de masculino, ao que parece, a mobilidade de uso da própria renda financeira no grupo feminino é algo menos flexível se comparado ao grupo masculino. Isto é, a renda do grupo feminino tende a estar comprometida com despesas de custos fixos mensais. Já o grupo masculino tende a conseguir uma margem maior para utilização de suas rendas, sem que essas estejam quase integralmente atreladas a despesas e custos fixos de manutenção.

Por outro lado, o fato do grupo feminino ter apresentado graus de educação formal mais elevados se comparado ao grupo masculino, apoiou na obtenção de uma renda salarial mais elevada, se comparada ao grupo masculino entrevistado nesta pesquisa. Ao que parece, esta circunstância sugere que no Brasil a educação é um dos elementos centrais para que a pessoa possa ocupar – ou ter melhores condições para – posições mais bem remuneradas no mercado de trabalho. Esse resultado converge com os argumentos de Pinto (2004) e Comim e Barbosa (2011), sobre o efeito positivo de melhores níveis de educação na remuneração profissional.

Por outro lado, em 14 anos de trajetória profissional, o grupo masculino trocou em média quatro vezes o trabalho, frente ao grupo feminino que trocou cinco vezes. Para o grupo masculino, as motivações para as trocas de trabalho eram a busca/oferta de salários mais altos. Para o grupo feminino, ainda que melhores salários pudessem ser o critério para trocar de emprego, era priorizado postos de trabalho que oferecessem oportunidades de crescimento profissional. Essas distinções sugerem uma possível desigualdade de gênero vivida pelo grupo feminino no mercado de trabalho, como argumentam Grimshaw (2011) e Cipellone et al. (2012). No caso, as dificuldades de ascender profissionalmente no ambiente de trabalho tende a ser um desafio mais recorrente para as mulheres no exercício de suas vidas profissionais. Mas vale ressaltar que essa desigualdade de gênero não era algo explícito nas falas dos entrevistados, pois os participantes relataram fatos de suas trajetórias individuais e não seus comparativos com outros profissionais/gêneros. Essa reflexão surge do tratamento agregado dos dados coletados em campo.

Ainda sobre a questão da busca de salários mais elevados pelo grupo masculino ou perspectivas de crescimento profissional pelo grupo feminino, que vieram à baila quando ponderam sobre motivações para eventuais mudanças de emprego, ficou latente a existência de um medo partilhado por ambos os grupos: a possibilidade de ficarem desempregados. A análise agregada dos dados sugere que ser demitido representa o grande receio que esses trabalhadores têm de perderem o que já conquistaram ao longo de suas trajetórias. O desemprego simboliza a possibilidade deles experimentarem novamente uma circunstância de baixa renda. Sobrevivendo em cenário de crise econômica, como se acentuou no Brasil dos últimos anos, além do medo de perder o emprego, o trabalhador se depara com algo que não tem controle, de modo que tendem a experimentar o sofrimento gerado pela precarização do próprio trabalho (Dejours, 2004). De algum modo, essa perspectiva é possível de ser identificada nesta pesquisa, visto que essa situação reforça a fragilidade profissionais cotidianas experimentadas pela dita NCM no Brasil.

O fato de os entrevistados ainda permanecerem residindo em áreas periféricas onde sempre moraram; ainda dependerem dos serviços de saúde e transporte públicos de má qualidade; reproduzirem atividades culturais e de lazer idênticas às realizadas no passado (como, por exemplo, um churrasco com amigos em suas casas); e, das certificações em cursos superiores que não lhes oferecem chances reais de desenvolvimento de uma carreira; aponta para a fragilidade que envolve a vida objetiva dos nossos entrevistados. Estas circunstâncias fazem com que este grupo de trabalhadores compreendam o mercado de trabalho como o espaço para a sobrevivência imediata; os proventos de salários signifiquem maior poder de

consumo; e, o comparativo com seus contemporâneos nos bairros em que residem – com os quais convivem e partilham de uma mesma origem social de baixa renda – lhe dá a impressão de que a vida está melhor que no passado, ao considerarem que recebem salários mensais superiores aos de seus vizinhos e amigos. Essa constatação, por si só, e na perspectiva dos entrevistados, lhes faz sentirem-se parte da “nova classe média” brasileira.

A possibilidade do desemprego, enquanto um medo permanente de perder o poder de consumo e a sensação de uma vida melhor, parece atuar como uma espécie de “criptonita” aos trabalhadores de baixa renda entrevistados. Diante das fragilidades de se realocar no mercado, cada vez mais intensas e fortemente presentes no Brasil, viver sob essa tormenta parece ser uma marca de suas trajetórias. Seria esse medo constante do desemprego ou de perderem o todo já conquistado, um estado de vigilância comum ao cotidiano de uma classe média convencional no Brasil? Talvez, essa seja uma pergunta retórica que nos ajude a refletir sobre a análise agregada que articulamos aqui.

Conclusões

Desenvolvemos esta pesquisa com o objetivo de investigar mudanças e permanências nas trajetórias de trabalhadores de baixa renda que migraram, no período 2001-2015, para a dita “nova classe média” brasileira. Para tanto, procuramos sistematizar os aspectos centrais do conhecimento existente sobre o trabalho e o trabalhador de baixa remuneração, bem como sobre o conceito de “nova classe média” brasileira. Estabelecidas as interfaces entre os temas, descrevemos os procedimentos metodológicos da pesquisa. Só então, articulamos a análise agregada dos dados. Desse processo, identificamos algumas conclusões, as quais são detalhadas a seguir.

Os resultados da pesquisa mostram que as trajetórias dos trabalhadores de baixa renda apresentaram mudanças e permanências, no período 2001-2015, no Brasil. Considerando seus 14 anos de trajetórias profissionais, os resultados sinalizam que os trabalhadores, até meados do ano de 2015, migraram para a chamada “nova classe média” brasileira, se considerarmos apenas as suas rendas salariais mensais. Uma vez que o rendimento de uma pessoa ou de um grupo familiar significa acesso para satisfazer necessidades básicas e fontes elevadas de conforto, não foi perceptível – nos dados empíricos coletados – que esta variável econômica tenha sido decisiva na percepção dos entrevistados em adquirir conhecimento educacional para o mercado e ativos de cultura em si, o que seriam comportamentos típicos de uma classe média convencional.

Por outro lado, o aumento da renda desses trabalhadores lhes permitiu o acesso a um maior poder de consumo. Contudo, todos os entrevistados ainda residem nos subúrbios e regiões periféricas da cidade de São Paulo por não terem condições de migrarem para outras regiões. A utilização de seus salários prioriza a aquisição de bens materiais, ao invés de outros ativos como conhecimento valorizado no mercado de trabalho, a fim de constituir uma carreira profissional e não reproduzir, apenas, uma transição entre ocupações. Essa evidência nos leva a concluir que a “nova classe média” brasileira, talvez, consista na ideia de uma classe que é

produzida exclusivamente pelo capital econômico, no qual as dimensões cultural e educacional não encontram espaço em sua composição.

Todos os trabalhadores entrevistados vivenciaram mudanças em termos de salários e tipo de trabalho realizado, durante suas trajetórias. Até o ano de 2015, os salários auferidos atingiram níveis maiores e passaram a atuar em ocupações administrativas. Esses resultados permitem concluir que a vida profissional iniciada em postos de baixa remuneração não é sinônimo de trajetórias profissionais mediadas exclusivamente por empregos precários e de baixa remuneração. Contudo, representa a interação frequente com ocupações profissionais que oferecem baixa ou nenhuma perspectiva de crescimento e desenvolvimento de carreira.

Os entrevistados ainda concebem o mercado de trabalho apenas como um espaço para sua sobrevivência imediata, uma vez que a possibilidade de desemprego os atormenta. Isso nos leva a concluir que, apesar de todas as mudanças ocorridas nas trajetórias profissionais dos trabalhadores entrevistados, o medo do desemprego simboliza a possibilidade de experimentarem novamente uma condição de limitações financeiras extremas. O medo aqui não é apenas estar sem um emprego formal, mas perder o já conquistado (entenda-se: maiores rendas e poder de consumo), durante suas trajetórias em consequência do desemprego.

Dadas as situações vivenciadas pelos trabalhadores nas diversas dimensões de suas vidas, se torna frágil a ideia de que essas pessoas vivem uma condição típica de vida de uma classe média convencional. Ainda que, no Brasil, as classes sociais tendem a serem classificadas pela perspectiva econômica, como articulamos em nosso referencial, os resultados dessa pesquisa nos ajudam a entender que os limites entre a noção convencional de classe média e a de uma “nova”, apontam mais para uma simplificação sobre o crescimento econômico brasileiro, presenciado na primeira década do século XXI, do que o surgimento de uma nova camada social no país. Como efeito dessa possível simplificação interpretativa sobre as mudanças sociais mais amplas ocorridas no Brasil contemporâneo, a menção do termo “nova classe média” se consolida como um sinônimo de classe média ampliada pelo maior poder de consumo.

Enquanto os resultados desta pesquisa ressaltam que, no período 2001-2015, os trabalhadores experimentaram mudanças no aumento de renda e poder de consumo, por outro, também evidencia que o grupo entrevistado resguarda inúmeras permanências de suas origens de baixa renda. Essa conclusão se consolida ao constatarmos que essas pessoas continuam: residindo em áreas periféricas; dependendo da utilização de serviços de saúde e transporte públicos de má qualidade; reproduzindo atividades culturais e de lazer idênticas às realizadas na infância; e obtendo certificações educacionais que não verteram em chances de carreira.

Mas chama atenção que, a despeito de todas essas permanências, os entrevistados se reconhecem como membros da “nova classe média”. Esse resultado sugere que a ideia de uma “nova classe” trouxe um componente identitário aos trabalhadores de baixa renda que, com muita luta, experimentaram maiores níveis de renda e poder de consumo, ao longo de suas trajetórias. No entanto, frente às muitas permanências que ainda se materializam no cotidiano de suas vidas, concluímos que a ideia de uma “nova classe média”, simboliza, muito mais, o

desejo de seus idealizadores em apontar a existência de uma realidade social desejada ao Brasil, do que a consolidação de uma ascensão de classe permanente aos trabalhadores mais pobres brasileiros.

Vale ressaltar que esta pesquisa reconhece que, no período entre 2003-2015, houveram avanços em termos econômicos e no panorama social brasileiro. E este esforço empírico de pesquisa sobre o fenômeno denominado “nova classe média”, não procurou fazer um reducionismo simplista sobre esses avanços. O que buscamos foi apenas lançar um olhar questionador sobre o conceito, a fim de investigar sua abrangência nas trajetórias de pessoas reais e, como saldo da pesquisa, identificamos limitações ao conceito. Não por acaso, com a chegada da recessão na economia brasileira, a partir de meados de 2015, o discurso sobre a existência de uma “nova classe média” brasileira desapareceu dos discursos políticos, empresariais e de mercado. Ousamos sugerir que esse fato reforça a nossa conclusão de que a “nova classe média”, representou uma ilusão coletiva no Brasil.

Por entendermos que o tema debatido nesta pesquisa carece de uma agenda que lhe seja própria na área de Administração, sugerimos algumas possibilidades de estudos futuros sobre mudanças e permanências nas trajetórias de trabalhadores de baixa renda no Brasil. Primeiro, estudos que abordem os efeitos do “desaparecimento” da dita nova classe média brasileira, visto que a ruptura do (auto)pertencimento a uma determinada camada social, pode resultar em impactos importantes na identidade das pessoas e em suas perspectivas de futuro e pertencimento, dentro da sociedade em que vivem. Segundo, estudos que investiguem as trajetórias de trabalhadores de baixa renda no Brasil, considerando os abismos sociais que se acentuaram entre os anos de 2016 e 2023 no país, de modo a manter atualizada e vivo o debate sobre esse grupo social tão presente na estrutura brasileira. E, terceiro, pesquisas que trabalhem com a interseccionalidade raça-classe, visto que 68% do participantes deste estudo se autodeclararam pretos ou pardos. Usando um tom provocativo, ao que parece, o trabalho de baixa renda no Brasil tem cor. Investigar o que essa interseccionalidade pode gerar resultados tão intrigantes quanto necessários para pensar um país como o Brasil.

Se a ideia de uma “nova classe média” era motivo de orgulho nas estatísticas sobre a ascensão das classes populares brasileiras, em meados de 2010, com a recessão econômica amargada no Brasil, nos últimos anos, esse contingente da população foi entregue, uma vez mais, à própria sorte. A ameaça do desemprego, que potencialmente ganhou contornos de verdade, impactou o eventual orgulho que os trabalhadores de baixa renda, talvez, tenham conseguido um dia acessar ao sentirem-se parte de uma “nova classe média”. Infelizmente, essa pesquisa nos leva a considerar que a eventual ascensão social, se transformará na ilusão de que maiores níveis de renda e poder de consumo tivessem vindo para ser uma permanência em suas vidas. Lamentamos reconhecer que não foi. Quando será o momento em que os trabalhadores de baixa renda experimentaram mudanças em suas vidas que superem permanências históricas em suas trajetórias? Que seja, o quanto antes, de uma vez por todas, mas que seja!

Referências

Abílio, L. C. (2011). A 'Nova Classe Média' vai ao paraíso? *Anais... I Circuito de Debates Acadêmicos*, Brasília, DF: IPEA.

Agência Senado. (2023). *Mínimo vai a R\$ 1.320; senadores defendem política permanente de valorização*. [Nota de imprensa]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/16/minimo-vai-a-r-1-320-senadores-defendem-politica-permanente-de-valorizacao>

Bacha, E., & Schwartzman, S. (2011). *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.

Barros, R., Diekmann, S., Mendonça, R., Ninis, A., Tsukada, R., & Vieira, A. (2011). *A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas*. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Bluhm, D. J., Harman, W., Lee, T. W., & Mitchell, T. R. (2010). Qualitative research in management: a decade of progress. *Journal of Management Studies*, 48(8). 1866-1891.

Bourdieu, P., & Passeron, J-C. (2014 [1973]). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. São Paulo: Editora Vozes.

Brasil. (2019). *Ministério do Trabalho e Emprego. Emprego e Renda: Salário Mínimo*. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/sal_min/

Cardoso, A. (2013). Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH*, 26(68), 293-314.

Carta Capital. (2011). *O poder emergente*. Ano XVI. Ed. No. 651, 22/06/2011.

Cavallini, M. (2023, 2 de fevereiro). Veja as ocupações com os 100 maiores e menores salários de contratação no país em 2022. *GI*. Recuperado de <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/02/02/veja-lista-das-ocupacoes-com-os-100-maiores-e-menores-salarios-de-contratacao-no-pais-em-2022.ghtml>

Cipellone, A., Patacchini, E., & Vallanti, G. (2012). *Women labor market performance in Europe: trends and shaping factors*. Recuperado de http://www.neujobs.eu/sites/default/files/event/2012/03/VALLANTIREPORT_complete.pdf

Costa, D. L. (2000). From mill town to board room: the rise of women's paid labor. *Journal of Economic Perspectives*, 14(4), 101-122.

Costa, L. C. da. (2013). Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In Bartelt, D. D. (Org.). *A "Nova Classe Média" no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Chouch, C. (1999). *Social change in western Europe*. Oxford: Oxford University Press.

Comin, A. A., & Barbosa, R. J. (2011). Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 91, 75-95.

Daves, K. (2003). Biography as critical methodology. In: *Briography and Society*. Research Committee 38 of the ISA.

Dejours, C. (2007). *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: FGV

Dex, S., Robson, P., & Wilkinson, F. (1999). The characteristics of the low paid: a cross-national comparison. *Work, Employment and Society*, 13(3), 503-524.

ECLAC/ILO. (2012). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Coyuntura laboral en América Latina y el Caribe*. Available at http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/cepaloitnov12_936.pdf

Exame. (2011). *Classes A e B: o mercado que mais cresce*. Ano 45. Ed. No. 995, 29/06/2011.

Fleury, S. (2013). A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Grimshaw, D. (2011). *What do we know about low wage work and low wage workers? Analysing the definitions, patterns, causes and consequences in international perspective*. Geneva: ILO.

Guimarães, N. A. (2009). A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 85, 151-170.

IBGE. (2011). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=2222

IBGE. (2023). *PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 8,6% e taxa de subutilização é de 18,8% no trimestre encerrado em fevereiro*. [Nota de imprensa]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36562-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-8-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-18-8-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>

ILO. (2013). *Global Employment Trends 2013*. Available at http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_202326.pdf

IPEA. (2011). *Trajétoias da população de baixa renda no mercado de trabalho metropolitano brasileiro*. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110927_comunicadoipea114.pdf

Kerstenetzky, C. L., & Uchoa, C. (2013). “Nova classe média”: alcance, falhas e benefícios de um conceito. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Kopper, M., & Damo, A. S. (2018). A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. *Horizontes Antropológicos*, 24(50), 335-376. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-71832018000100012>

Lamounier, B., & Souza, A. (2012). *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo, SP: Campus.

Melo, L. (2019, 16 de outubro). Mulheres, pretos, nordestinos e pessoas sem instrução são os brasileiros com salários mais baixos, mostra IBGE. *G1*. Recuperado em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/mulheres-pretos-nordestinos-e-pessoas-sem-instrucao-sao-os-brasileiros-com-salario-mais-baixo-mostra-ibge.ghtml>

Moris, C. H. A. A., Casellato, F., Nascimento, M. M., Agostini, G., & Massi, L.. (2022). Distinção e classe social no acesso ao ensino superior brasileiro. *Tempo Social*, 34(2), 69–91. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.189030>

Neri, M.C. (2006). Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. *Ensaio Econômico*, 637, FGV: Escola de Pós-Graduação em Economia.

Neri, M.C. (2011). *A nova classe média*. São Paulo, SP: Saraiva.

Noronha, N. S. de., Silva, A. L., & Barki, E. (2022). The sociospatial organization of favela. *Cities*, 126, 103649. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103649>

OCDE. (2012). *Employment Outlook 2012*. Available at: http://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2012_empl_outlook-2012-en

Pinto, J. M. R. (2004). O acesso a educação superior no Brasil. *Educação e Sociedade*, 25(88), 727-756.

Pissarides, C., Garibaldi, P., Olivetti, C., Petrongolo, B., & Wasmer, E. (2003). Women in the labour force: how well is Europe doing? *European Women at Work*, 21 jun. 2003, Alghero, Italy. Recuperado de <http://people.bu.edu/olivetti/papers/women.pdf>.

Pla, J., Poy, S., Salata, A., & Salvia, A. (2021). Origen social y desigualdades de acceso a la educación superior en Argentina y Brasil durante una fase expansiva del sistema educativo. *Foro De Educacion*, 19: 69-92. doi: <https://doi.org/10.14516/fde.874>

Quadros, W. J. de. (2008). A evolução recente da estrutura social brasileira. *Texto para discussão*, IE/UNICAMP, 148, November.

Quadros, W. J. de., Gimenez, D. M., & Antunes, D. J. N. (2013). Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In

Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Rocha-de-Oliveira, S. (2009). *Estágios para Universitários: representações e implicações na inserção profissional de jovens brasileiros e franceses*. (Tese de Doutorado em Administração) Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

SAE. (2013). *Governo define que classe média tem renda entre R\$ 291 e R\$ 1.019*. Recuperado de <http://www.sae.gov.br/site/?p=17351>

Salata, A. R. (2018). Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: Redução das desigualdades entre classes? *Latin American Research Review*, 53: 76-95. doi: <https://doi.org/10.25222/larr.252>

Salata, A. R. (2020). Race, Class and Income Inequality in Brazil: A Social Trajectory Analysis. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 63: 1-40. doi: <https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.3.213>

Salata, A. R., & Scalon, C. (2020). Socioeconomic mobility, expectations and attitudes towards inequalities in Brazil. *Revista Sociologia e Antropologia*, 10: 647-676. doi: <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10213>

Scalon, C., & Salata, A. R. (2012). Uma nova classe média no Brasil da última década? o debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade & Estado*, 27(2): 387-407. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200009>

Salm, C., & Bahia, L. (2013). Tênis, Bermuda, fone no ouvido... Vai saúde e educação também? In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Salverda, W. (2005). Benchmarking low-wage employment. In: Marx, I., and Salverda, W. (Eds.), *Low-wage employment in Europe: perspectives for improvement*. Leuven: Acco.

Sedes. (2023). *O que é o cadastro único?* Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/#:~:text=S%C3%A3o%20consideradas%20fam%C3%ADlias%20de%20baixa,R%24%203.636%2C00>

Silva, J. H. da. (2023). Trajetórias de trabalho: empregos precários e inserções provisórias. *Proposições* (34). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0107>

Sonpar, K., & Golden-Biddle, K. (2008). Using content analysis to elaborate adolescent theories of organization. *Organizational Research Methods*, 11(4), 795-814.

Sorj, B., & Almeida, M.H.T. (1983). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.

Souza, J. (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Souza, J. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Souza, J. (2011). A parte de baixo da sociedade brasileira. *Interesse Nacional*, 14, 33-41.

Souza, J. (2012). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2nd edition) Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Souza, J. (2018). *A Classe Média no espelho*. São Paulo: Estação Brasil – Sextante.

Suehiro, S. (2021, 26 de outubro). Conheça as 100 profissões que mais empregam no Brasil (e os salários). *FDR*. Recuperado de <https://fdr.com.br/2021/10/26/conheca-as-100-profissoes-que-mais-empregam-no-brasil-e-os-salarios/>

Teixeira, J. C., Oliveira, J. S. de., Diniz, A., & Marcondes, M. M. (2021). Inclusão e diversidade na Administração: manifesta para o futuro-presente. *Revista de Administração de Empresas*, 61(3), 1-11. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210308>

World Bank. (2012). *Novo relatório do Banco Mundial mostra um aumento de 50% na classe média da América e do Caribe na última década*. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2012/11/13/new-world-bank-report-finds-fifty-percent-increase-middle-class-latin-america-over-last-decade>